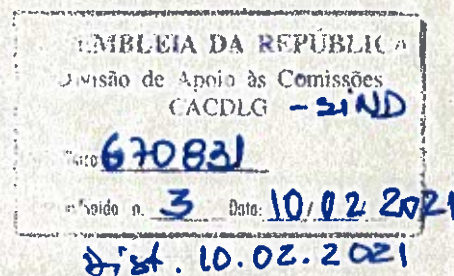


Aprovado por unanimidade,
na ausência do CDS-PP e do
PAN, no âmbito da
Subcomissão criada no
dia 11/02/2021



**Exma. Senhora
Presidente da Subcomissão de Igualdade e
Não Discriminação,
Deputada Lina Lopes**

Requerimento

No passado dia 06 de fevereiro celebrou-se o Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina (MGF).

Esta prática tradicional nefasta, que atinge mais de 200 milhões de mulheres e meninas, está altamente concentrada num conjunto de países situados em África, no Médio Oriente e na Ásia, mas também acontece em comunidades na Europa, na Austrália e na América do Norte. Anualmente, pelo menos quatro milhões de meninas correm o risco de serem vítimas desta prática que afeta a sua saúde física, sexual e psicológica para toda a vida, estando Portugal, onde se registaram 101 casos, entre os países de risco.

Os dados mais recentes revelam que a crise pandémica levou a um aumento do número de meninas submetidas à MGF, tendo como consequência um assinalável retrocesso na meta 5.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Hoje, o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) estima que, por causa da pandemia, não serão evitados dois milhões de casos de mutilação genital feminina até 2030.

Portugal tem, desde 2007, Planos de Ação de combate à MGF no âmbito da saúde e da educação, e que nos colocaram como um país de boas práticas europeias na prevenção e combate a esta prática nefasta. O apoio de Organizações Não Governamentais e a cooperação internacional, em particular o FNUAP e o Comité Contra as Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança da Guiné Bissau, têm sido decisivos para esse combate.



A propósito do Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina foi aprovado na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias um voto de saudação reafirmando o compromisso da Assembleia da República com a erradicação deste flagelo e a defesa dos Direitos Humanos das meninas e mulheres ameaçadas ou sujeitas a esta prática, e com o trabalho de todas as pessoas, muitas através de testemunhos pessoais, entidades ou associações que diariamente se empenham no combate a este flagelo e no empoderamento das meninas e mulheres na sociedade.

Neste sentido, e considerando o papel relevante na prevenção e combate desta grave forma de violência de género, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, requerer a audição, nesta subcomissão, das seguintes entidades:

- Comité Contra as Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança da Guiné Bissau;
- P&D Factor – Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento.

Palácio de São Bento, 10 de fevereiro de 2021.

As Deputadas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

Elza Pais

Isabel Moreira

Romualda Fernandes

Susana Amador